



CAODEC



CENTRO DE APOIO  
OPERACIONAL  
DE DEFESA  
DA EDUCAÇÃO  
E CIDADANIA



# INFORMATIVO

Edição 7 - Abril de 2016

*Conheça os projetos institucionais elaborados pelo CAODEC que fazem parte do Plano Geral de Atuação Finalística do Ministério Público do Estado do Piauí para o biênio 2016-2017. Basta clicar nas figuras:*



## NOTÍCIAS

### 53% dos municípios piauienses ainda não enviaram informações sobre investimentos em educação

O prazo final para transmissão das informações por parte dos gestores públicos, referentes ao exercício de 2015, no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) encerrou no dia 30 de abril para os municípios.

O Município que não cumprir o prazo ou não conseguir comprovar que investiu no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento total em manutenção e desenvolvimento da educação fica inadimplente no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) do governo federal. Com isso, deixará de receber recursos de transferências voluntárias

da União e fica impossibilitado de firmar novos convênios com órgãos federais.

Em consulta ao sistema no dia 02 de maio, verifica-se que apenas 105 municípios piauienses transmitiram os dados referentes ao exercício de 2015. Municípios como Cajueiro da Praia, Ribeira do Piauí e São Gonçalo do Piauí deixaram de apresentar também o relatório referente ao exercício de 2014. Já Fartura do Piauí está com inadimplência desde o exercício de 2012.

Consulte aqui a situação do seu município: [SIOPE – FNDE](#)

# O Ministério Público e a igualdade étnico-racial na educação

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público divulgou, em 13 de abril do corrente ano, o Guia de atuação ministerial “O Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação – Contribuições para a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003”, como forma de subsídio aos Membros do Ministério Público para o monitoramento da implementação do direito à educação das relações étnico-raciais, como mecanismo reparador das distorções históricas que as narrativas hegemônicas fizeram prosperar na

educação do País.

O objetivo da formulação do aludido Guia foi dar efetividade à Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir, no currículo oficial da rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, garantindo a igualdade de direitos de acesso às diferentes fontes da história e cultura que compõem a nação brasileira.

Confira o [Guia](#), a [Lei 10.639/2003](#) e a [Lei 9.394/1996](#).

## Senado retira educação de PEC sobre despesas de estados e municípios

O Senado retira educação de proposta que permite aos estados, o Distrito Federal e os municípios aplicarem em outras despesas parte dos recursos hoje atrelados a áreas específicas. O substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 143/2015 foi aprovado em primeiro turno no plenário da Casa no dia 13. Entidades ligadas ao setor dizem que a retirada é positiva e pressionam para que o texto não seja novamente modificado.

Atualmente o Distrito Federal, os estados e municípios devem destinar parte do que arrecadam às áreas como saúde, educação, tecnologia e pesquisa, entre outras. A PEC143/2015 define que 25% do total dessa destinação obrigatória poderão ser aplicadas em outras áreas. A proposta no entanto, diz que os recursos vinculados ao chamado salário educação e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino são desconsiderados. A proposta é uma espécie de desvinculação das receitas da União (DRU) para estados e municípios.

### Outras áreas

Apesar de educação de ter sido poupada, outras áreas como a saúde ainda constam na PEC. A questão gera preocupação. “A PEC deve comprometer muito os recursos da saúde e reduzir o valor efetivamente aplicado na saúde”, diz a assessora técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Blenda Leite.

Jucá justifica no relatório aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado que a adoção de limites mínimos para a execução de despesas com educação e saúde sem levar em conta a demografia e o grau de desenvolvimento regional e local “leva a dois problemas: diminuição não desejável de outras despesas e/ou incentivo ao mau uso dos escassos recursos públicos”.

Fonte: [Agência Brasil](#)

# Microdados do Censo Escolar 2015 já estão disponíveis

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, no portal da autarquia na internet, os microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 2015. Realizado anualmente, o Censo é o principal levantamento estatístico-educacional sobre as unidades de ensino públicas e particulares do país, funções docentes, estudantes e turmas.

O Censo Escolar faz um diagnóstico nacional da educação básica. O levantamento serve de referência para a formulação de políticas

públicas e execução de programas que preveem transferência de recursos públicos, como merenda e transporte escolar, distribuição de livros didáticos e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os microdados podem ser conferidos na [página do Inep na internet](#).

Fonte: [INEP](#)

## LEGISLAÇÃO

### Publicada lei Estadual que dispõe sobre a proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços de transporte escolar

Foi publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí, de 07 de abril de 2016, a Lei nº 6.789 que dispõe sobre a proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços de transporte escolar no estado do Piauí, quer prestados diretamente pela

Administração Pública, quer por terceirizados.

Confira a íntegra da lei aqui: [Lei nº 6.789](#) de 06 de abril de 2016

## ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

### CAODEC desenvolve projeto em combate ao bullying escolar



O Ministério Público, preocupado com o combate ao bullying e violência nas escolas, está desenvolvendo o Projeto Queremos Paz, uma parceria do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC) com Secretaria Estadual de Educação, que visa a discutir assuntos relevantes no que diz respeito à violência escolar.

Dentro e fora das escolas, tem-se falado muito sobre a prática do bullying e suas consequências para os estudantes. O termo se

refere a todas as formas de atitudes agressivas feitas com o objetivo de intimidar ou agredir um indivíduo, causando nele dor e angústia. Desta forma, o projeto pretende agir por meio de capacitações para professores e debates entre os alunos sobre as temáticas que envolvem bullying e todo tipo de violência no ambiente escolar.

### Conheça a data

No dia 7 de abril de 2011, o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, invadiu a escola municipal Tasso da Silveira, no bairro do Realengo, Rio de Janeiro. Armado, começou a disparar contra os alunos dentro de uma das salas

de aula. No ataque matou doze estudantes com idade entre 12 e 15 anos, além de ter deixado outros 20 feridos. O atirador, que havia sido vítima de bullying quando aluno daquela escola em sua adolescência, cometeu suicídio logo após a ação.

A data deste fato, que ficou conhecido no país como o Massacre do Realengo, foi escolhida como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, por meio do Projeto de Lei 3015/11 do deputado Artur Bruno (PT-CE). A criação desta data, segundo o autor do projeto, teria como objetivo alertar as escolas sobre a importância de combater e de saber lidar com os casos de violência que surgirem.

## MP firma parceria com Detran para viabilizar a vistoria nos transportes escolares em todo o estado



Na manhã desta segunda-feira (18), a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania, Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro, reuniu-se com o diretor geral do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí, Arão Lobão, com o Procurador Chefe do órgão, Acyr Avelino e com o diretor de infrações, Levi Sousa, a fim de viabilizar as vistorias nos veículos que realizam transporte escolar em todo o Estado do Piauí.

Esta ação de fiscalização, que é determinada pelo Código de Trânsito Brasileiro, tem o objetivo de

garantir a segurança dos usuários e será realizada em todos os municípios do estado.

Atendendo a uma demanda do Ministério Público, o Detran já iniciou as vistorias e na reunião de hoje, foram traçadas estratégias para possibilitar que os 41 postos do Detran espalhados pelo Estado realizem de forma eficaz o procedimento. O órgão de trânsito enviou memorando circular orientando os diretores dos postos a como proceder as vistorias nos veículos de transporte de alunos.

Para ser aprovado na inspeção, o veículo deve estar registrado na condição de passageiro,

apresentar uma faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura em toda a extensão das partes laterais e traseira do veículo, com o nome Escolar em preto, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

Além do equipamento registrador instantâneo de velocidade (Tacógrafo), o transporte escolar deve possuir todos os requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito.

Apenas motoristas habilitados na categoria D e com idade acima de 21 anos podem dirigir

esse tipo de transporte. A licença também só é concedida a condutores que tenham sido aprovados em um curso especializado e que não tenham cometido quaisquer infrações grave ou gravíssima ou que não sejam reincidentes em infrações médias durante os últimos 12 meses.

O Ministério Público Estadual está atuando em conjunto com o Detran requisitando das prefeituras as listas dos veículos autorizados a prestar o transporte escolar no âmbito dos municípios, assim como a lista de condutores que prestam o serviço, as quais serão enviadas ao Detran para que sejam atestadas as regularidades e aplicadas as sanções cabíveis, se for o caso.

## Projeto Queremos Paz: Coordenadora do Centro de Defesa da Educação e da Cidadania profere palestra sobre bullying

Dando continuidade ao Projeto Queremos Paz, o Ministério Público do Estado do Piauí, através do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania, coordenado pela Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro, participou do V Café Filosófico do Colégio Jesus de Nazaré no bairro Real Copagre, tratando do tema bullying.

O Ministério Público reiterou o compromisso de construção da paz e combate à violência escolar dentro dos estabelecimentos de ensino e respondeu aos vários questionamentos da comunidade escolar.

Para a diretora da escola, Irmã Fabiana, “O bullying fere a pessoa na sua dignidade humana.



Que possamos todos nós, comprometidos com a pessoa humana, sermos melhores, para que a sociedade seja capaz de ser excelente no respeito mútuo”.

## Escola municipal que adotou os projetos Eco Kids e Eco Teens realiza passeata ecológica



Na manhã de hoje (22), os alunos da Escola Municipal Torquato Neto, do bairro Beira Rio da cidade de Teresina, fizeram uma passeata ecológica dentro do Projeto que estão desenvolvendo Eco Kids e Eco Teens.

O projeto é coordenado pelo Centro de Apoio de Defesa do Meio Ambiente e pelo Centro de Apoio de Defesa da Educação e Cidadania do Ministério Público do Estado do Piauí. O objetivo é fomentar a educação ambiental, como matéria transversal à grade curricular, buscando a formação

de cidadãos aptos a entender as exigências do meio ambiente circundante e a defender, com ética, a justiça ambiental em prol de uma sociedade brasileira sustentável.

Dentro desses projetos de educação ambiental, as crianças também estão desenvolvendo atividades relacionadas ao combate ao mosquito aedes aegypt.

## Promotores de Justiça realizam palestras para Gerências Regionais de Educação no interior pelo projeto Queremos Paz



pela Promotora Flávia Gomes, coordena o projeto “Queremos Paz”, cujo objetivo é fomentar a atuação conjunta da escola, família, sociedade e demais órgãos públicos na preparação de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania. A campanha já está em fase de execução, com o apoio da SEDUC e dos Promotores de Justiça que aderiram o projeto e o executam nas comarcas sob sua responsabilidade.

O Promotor que queira aderir ao Projeto, deve entrar em contato com o CAODEC para receber os materiais necessários para a sua execução. O material de divulgação do Projeto pode ser acessados aqui: FOLDERS “QUEREMOS PAZI!”.

Na última terça-feira, o Promotor de Justiça de Barras, Glécio Setúbal, proferiu palestra para alunos, professores e técnicos da 2ª Gerência Regional de Educação da SEDUC sobre bullying, uso de drogas, violência escolar, direitos humanos e promoção da cultura de paz. O evento foi realizado em uma escola estadual de Barras, como parte do projeto do Ministério Público Queremos Paz.

No mesmo dia, em evento semelhante, o Promotor de Justiça de São João do Piauí, Sebastião Borges, proferiu a palestra para alunos, professores e técnicos da 12ª GRE. O evento aconteceu na no Auditório do IFPI de São João do Piauí.

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania – CAODEC, encabeçado



## Ministério Público promove 2º Encontro Institucional de Planejamento e Gestão

Aconteceu hoje (29) o 2º Encontro Institucional de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Piauí, evento voltado para a consolidação do Plano Geral de Atuação Finalística (PGA). A programação incluiu abertura solene, palestra sobre governança judicial e vitrine dos projetos elaborados pelos Centros de Apoio Operacional, pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Núcleo

das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (Nupevid). Todos os órgãos integram a estrutura do Ministério Público.

O evento foi realizado na sede campestre da Associação Piauiense do Ministério Público, no turno da manhã. Ao Procurador-Geral de Justiça, Cleandro Alves de Moura, coube o pronunciamento oficial de abertura. “Os projetos que integram o



PGA contribuem para que desenvolvamos ações integradas, organizadas e eficazes, aptas a gerar grandes transformações sociais, sempre em favor da promoção da cidadania, da proteção aos mais vulneráveis e dos direitos coletivos”, declarou ele. “Um bom planejamento é fundamental para o crescimento da instituição, principalmente se considerarmos os cenários atuais, em que crescem os níveis de insegurança social e despontam crises financeiras, políticas, econômicas e de gestão. É indubitável que a sociedade brasileira passa por momentos difíceis, e por isso um Ministério Público forte é imprescindível para salvaguardar os interesses da população”, pontuou o Procurador-Geral.

Em seguida, os Promotores de Justiça, servidores e estagiários que prestigiaram o evento assistiram à palestra ministrada pelo Juiz do Trabalho Roberto Braga, que falou sobre a importância do planejamento e da gestão por projetos.

O Promotor de Justiça Édsel Belleza, que exerce o cargo de Assessor Especial de Planejamento e Gestão da Procuradoria Geral de Justiça, discorreu sobre os objetivos do evento e esclareceu que o Ministério Público do Estado do Piauí desenvolveu projetos nas áreas de defesa da pessoa com deficiência e do idoso, saúde pública,

educação e cidadania, meio ambiente, infância e juventude, consumidor, combate à corrupção, ao crime e à violência doméstica e familiar contra a mulher. Cada um dos coordenadores de Centros de Apoio Operacional, do PROCON e do Nupevid também usaram a palavra para promover os projetos.

Durante a vitrine, os Promotores de Justiça tiveram a oportunidade de escolher as propostas que melhor atendiam as demandas das comunidades onde atuam. Os planos, já com as adesões dos membros, serão consolidados no Plano Geral de Atuação Finalística (2016-2017), que norteará as atividades das Promotorias de Justiça neste biênio.



QUADRO DE ATUAÇÃO DOS PROMOTORES  
DE JUSTIÇA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO - ABR/2016

Promotor	Cidade	Promotoria	Tipo	Objeto	Data
Maria Ester Ferraz de Carvalho	Teresina	38ª Promotoria de Justiça	Procedimento Preparatório Nº 09/2016	Apurar denúncia de precariedade da estrutura física dos prédios onde funcionam diversas escolas públicas estaduais no município de Teresina/PI, inclusive com risco iminente de desabamento, de acordo com reportagem publicada em sítio da internet.	<u>DJ 06/04/2016</u>
Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo	Jacobina do Piauí	2ª Promotoria de Justiça de Paulistana	Portaria de Instauração nº 001/2016	Apurar a ausência de transporte escolar para os menores, de sua residência até a Unidade Escolar situada na localidade Curral de Baixo, em Jacobina do Piauí/PI.	<u>DJ 08/04/2016</u>
Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo	Jacobina do Piauí	2ª Promotoria de Justiça de Paulistana	Portaria de Instauração nº 004/2016	Apurar se o município de Jacobina do Piauí/PI está adimplindo o piso salarial nacional do magistério	Enviado por e-mail em 07/04/2016
Carlos Rubem Campos Reis	São Francisco do Piauí	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	TAC	elebrado com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí, par ano prazo de 04 (quatro) meses seja realizado: (1) encaminhar projeto de lei regulamentando os cargos do Quadro-Geral do Município de São Francisco do Piauí; e (2) realizar concurso público e nomear e empossar os aprovados para que ocupem os demais cargos, observando a ordem de classificação	<u>DJ 08/04/2016</u>
Maria Ester Ferraz de Carvalho	Teresina	38ª Promotoria de Justiça	Recomendação nº 05/2016	Apurar denúncia de irregularidades na Escola Estadual de Tempo Integral Governador Dirceu Arcoverde – Escola Militar de Teresina	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016
Carlos Rubem Campos Reis	Oeiras	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	PORTARIA Nº 010/2016 PPIC Nº 001/2016	Apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais de Oeiras	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016

Carlos Rubem Campos Reis	Colônia do Piauí	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	Portaria nº 011/2016 PPIC nº 002/2016	Apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais de Colônia do Piauí	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016
Carlos Rubem Campos Reis	Cajazeiras do Piauí	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	Portaria nº 012/2016 PPIC nº 003/2016	Apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais de Cajazeiras do Piauí	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016
Carlos Rubem Campos Reis	Santa Rosa do Piauí	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	Portaria nº 013/2016 PPIC nº 004/2016	Apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais de Santa Rosa do Piauí	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016
Carlos Rubem Campos Reis	São João da Varjota	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	Portaria nº 014/2016 PPIC nº 005/2016	Apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais de São João da Varjota	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016
Carlos Rubem Campos Reis	São Francisco do Piauí	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	Portaria nº 015/2016 PPIC nº 006/2016	apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais de São Francisco do Piauí	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016
Carlos Rubem Campos Reis	São Miguel do Fidalgo	2ª Promotoria de Justiça de Oeiras	Portaria nº 016/2016 PPIC nº 007/2016	Apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais de São Miguel do Fidalgo	Encaminhado por e-mail em 12/04/2016
Ana Sobreira Botelho	Monsenhor Hipólito	Promotoria de Justiça de Francisco Santos	Procedimento Preparatório De Inquérito Civil Público Nº. 01/2016	Apurar o cumprimento do art. 24 da Lei n.º 9.394/96 no âmbito das Escolas Públicas Municipais do Município de Monsenhor Hipólito	<u>DJ de 13/04/2016</u>
Fabrcia Barbosa de Oliveira	Manoel Emídio	Promotoria de Justiça da Promotoria de Manoel Emídio	Recomendação Nº02/16	Recomendar a utilização dos transporte escolares para fins educacionais, vedados os fins de que não o trânsito dos alunos aos respectivos estabelecimentos de ensino	<u>DJ de 13/04/2016</u>
Ana Sobreira Botelho	São João da Canabrava	PJ de Bocaína	Recomendação N.º 02 /2016	Recomendar À Secretaria Municipal De Educação De São João Da Canabrava-Pi, através de seu representante, que seja adotada a política de educação inclusiva a fim de impedir o preconceito e a exclusão das pessoas com necessidades especias, promovendo uma educação de qualidade para todos	<u>DJ de 13/04/2016</u>

Márcio Fernando Magalhães Franca	Capitão de Campos	PJ de Capitão de Campos	Procedimento Preparatório de Inquérito civil Público nº 02/2016	Apurar a prestação de contas do exercício de 2015 do Município de Capitão de Campos junto ao SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação	Encaminhado via Protocolo em 26/04/2016
Márcio Fernando Magalhães Franca	Capitão de Campos	PJ de Capitão de Campos	Procedimento Preparatório de Inquérito civil Público nº 03/2016	Apurar a prestação de contas do exercício de 2015 do Município de Cocal de Telha junto ao SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação	Encaminhado via Protocolo em 26.04.2016
Márcio Fernando Magalhães Franca	Boqueirão do Piauí	PJ de Capitão de Campos	Procedimento Preparatório de Inquérito civil Público nº 04/2016	Apurar a prestação de contas do exercício de 2015 do Município de Boqueirão do Piauí junto ao SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação	Encaminhado via Protocolo em 26.04.2016

<sup>1</sup> O quadro contém os procedimentos publicados no DJe e os encaminhados ao CAODEC conforme determinado pelo art. 6º, §1º, da Resolução nº 01/2008, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Piauí.